

Recebido em: 13/05/2021
Aprovado em: 11/06/2021
Publicado em: 15/07/2021

POLITZER, LAPLANCHE E FREUD

o problema do conflito psíquico¹

POLITZER, LAPLANCHE AND FREUD

the problem of the psychic conflict

Munique Gaio Filla²
(muniquegf@gmail.com)

Resumo: Neste artigo, proponho a retomada da leitura de Politzer sobre a psicanálise freudiana, à luz de certas objeções de Laplanche expostas no estudo desenvolvido com Leclaire, apresentado pela primeira vez no Colóquio de Bonneval em 1960, tomando como fio condutor o problema do conflito psíquico. Como preparação para o percurso a ser traçado, retomarei a concepção de conflito psíquico em textos fundacionais da teoria freudiana. Na sequência, apresentarei as diretrizes gerais da psicologia concreta e sua hipótese para explicação do sonho, considerando a diferença em relação à hipótese freudiana da distorção do conteúdo manifesto a partir do conteúdo latente. Por fim, destacarei da réplica de Laplanche o argumento de que a posição de Politzer quanto ao problema do sonho tem como consequência o enfraquecimento do conflito, o que coloca em risco a própria singularidade da psicanálise, se consideramos o caráter indispensável dessa noção para a sustentação de seu edifício.

Palavras-chave: Politzer. Freud. Laplanche. Conflito psíquico. Sonho.

Abstract: In this article, I propose resuming Politzer's reading of Freudian psychoanalysis, in light of certain objections by Laplanche exposed in the study developed with Leclaire, first presented at the Bonneval Colloquium in 1960, taking the problem of psychic conflict as the common thread. In preparation for the path to be traced, I will return to the concept of psychic conflict in foundational texts of Freudian theory. Next, I will present the general guidelines of concrete psychology and its hypothesis for explaining the dream, considering the differences in relation to the Freudian hypothesis of the distortion of manifest content from latent content. Finally, I will detach from Laplanche's reply the argument that Politzer's position on the dream problem results in the fading of the conflict, which puts at risk the uniqueness itself of psychoanalysis, if we consider the indispensable character of this notion for support its building.

Keywords: Politzer. Freud. Laplanche. Psychic conflict. Dream.

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

¹ Este artigo só se tornou possível pelo apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2018/09039-0).

² Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1337863356487950>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7767-4968>.

O nome de Georges Politzer, se não é familiar àqueles que se interessam pela filosofia da psicanálise, ao menos já ecoou aos ouvidos de qualquer um que tenha enveredado por este território. Prado Jr. (2005) forneceu um excelente panorama da influência que a leitura politzeriana de Freud, ou melhor, que a proposta da psicologia concreta, exposta na *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*³, exerceu sobre sucessivas gerações de pensadores na França e fora dela. O ensaio de Prado Jr. foi publicado originalmente em 1990, em alusão aos sessenta anos da publicação da obra do fundador da filosofia francesa da psicanálise, datada de 1928. Passam-se os anos desde o lançamento da *Crítica...*, com a aproximação de seu centenário, e permanecem vivos os problemas levantados por ela, tanto pelas marcas deixadas na história da psicanálise, como por sua capacidade de iluminar pontos do pensamento freudiano.

Como se sabe, Politzer pretendia realizar um projeto mais extenso – este seria o primeiro volume de um total de três escritos, dedicados a cada uma das tendências que prenunciavam a orientação concreta, a serem seguidos por uma obra mais robusta de crítica aos fundamentos da psicologia. Apesar de ainda cometerem erros que as alinhavam à psicologia tradicional, tais tendências seriam a psicanálise, considerada “a mais importante”, a *Gestalttheorie* e o behaviorismo, respectivamente (POLITZER, 2004, p. 46). No final das contas, foi escrito apenas o volume dedicado à psicanálise de Freud, já que o filósofo marxista rompeu com o projeto inicial e com a psicanálise de uma vez por todas nos anos seguintes⁴.

O programa geral anunciado na *Crítica...* consiste, primeiramente, na realização de uma denúncia implacável dos impasses ligados aos pressupostos da psicologia clássica e na proposta de sua dissolução. Este termo – “psicologia clássica” – engloba diversas escolas que, em última instância, apesar de se dizerem científicas, como a psicologia experimental, não passam de disfarces da psicologia escolástica, repetindo seus erros e perpetuando suas ilusões, já que a última “só conseguiu correr de uma metafísica a outra” (POLITZER, 2004, p. 64). Em segundo lugar, trata-se de fundar a psicologia concreta. Mas como “não há crítica verdadeira sem o pressentimento da verdade” (POLITZER, 2004, p. 48), a psicanálise, principalmente – e depois aquelas outras tendências citadas –, poderia fornecer a visão desta orientação futura, desde que fosse reconhecida sua verdadeira inspiração. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a psicanálise freudiana ocupa esse lugar promissor, permanece no interior da psicologia

³ Doravante, a *Crítica...*

⁴ Depois da *Crítica...*, Politzer ainda escreve o último artigo sobre a psicanálise, que se configura como um ataque voraz a ela, considerada dogmática, eclética e destinada ao desaparecimento. O escrito leva o título *O fim da psicanálise* e foi originalmente publicado na Revista *La pensée*, em 1939, sob o pseudônimo de Th. W. Morris. Recentemente, foi traduzido para o português e publicado na Revista Lacuna.



tradicional e de sua esterilidade quando se propõe a explicar, na linguagem da metapsicologia, suas descobertas clínicas.

A tendência inaugurada pelo filósofo húngaro, portanto, consiste em considerar “a metapsicologia como um resíduo arcaico da filiação de Freud à ciência natural do século 19” e afirmar “a sua heterogeneidade e incompatibilidade para com as descobertas clínicas da psicanálise e a tarefa concreta da interpretação” (CAROPRESO e SIMANKE, 2010, p. 20). A separação entre clínica e metapsicologia, com a possibilidade de abrir mão da segunda em prol da primeira, adquire espaço a partir de então. Autores como Dalbiez, Sartre, Merleau-Ponty, Ricœur e Lacan estão entre aqueles cujo trato com a obra freudiana é inspirado, de modo mais ou menos explícito, em noções politzerianas, às quais foram introduzidas “precisões e reformas” (PRADO JR., 2005, p. 41). Na filosofia da psicanálise brasileira, não é difícil encontrar trabalhos que exploram as relações entre esses pensadores e Freud, levando em conta a influência de Politzer⁵.

A literatura sobre o tema é vasta, de forma que não se trata de tentar aqui descrevê-la ou sintetizá-la. O interesse deste artigo recai sobre uma das tantas repercussões da *Crítica...* – a exposição de Jean Laplanche e Serge Leclaire, no famoso Colóquio de Bonneval, organizado por Henry Ey, em 1960. O peso histórico da comunicação feita por eles, intitulada *O inconsciente: um estudo psicanalítico*⁶, é comumente associado à postura que assumem diante da teoria de seu professor Jacques Lacan, aquela do “inconsciente estruturado como uma linguagem” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 378). No entanto, como lembra Prado Jr. (2005, p. 38), há nela uma crítica interessante em relação a Politzer⁷, apesar dos franceses enunciarem que seu trabalho partia de uma homenagem ao pensador⁸. Gabbi Jr. (2004) também retoma o ponto de vista de Laplanche em seu prefácio à tradução brasileira da *Crítica....* No entanto, se

⁵ A título de exemplo, temos a obra de Simanke (2002), a dissertação de Aires (2003), as sugestões de Gabbi Jr. (2004) e o trabalho de Silveira (2015), que exploram a influência de Politzer em Lacan; a tese de Freitas Pinto (2016), que tem como um de seus eixos o freudismo de Ricœur e não deixa de considerar o peso da leitura de Politzer para este; o trabalho de Furlan (1999), que revela a intermediação de Politzer na posição que Merleau-Ponty toma em relação à psicanálise freudiana; entre outros.

⁶ No estudo de Laplanche e Leclaire, o capítulo que toca efetivamente nas questões levantadas por Politzer foi escrito apenas por Laplanche, razão pela qual a referência a este trabalho se restringirá apenas a este daqui por diante.

⁷ Para uma apreciação histórica e epistemológica mais geral da posição desse estudo em relação a Politzer e a Lacan, ver Viguera (2012).

⁸ “É certo que essa homenagem à CFP [à *Crítica...*] acaba por se mostrar, ela própria, como *crítica* de uma concepção demasiado simples do *sentido* dos fatos psicológicos. Na realidade, esquematizando o argumento, o que se critica em Politzer é uma concepção dualista ou expressivista – e não ternária, como deveria – do sentido, que pensa apenas a relação vertical entre um conteúdo manifesto e um sentido latente, ‘esses dois personagens que, como numa farsa, quando um entra, o outro abandona necessariamente a cena’. Os tempos agora são os da lógica e da linguística, em que importa menos a imanência significativa num signo qualquer que os esquemas de substituição dos signos entre si” (PRADO JR., 2005, p. 39, colchetes meus, grifos do autor). A questão da imanência do sentido em jogo na interpretação politzeriana será retomada mais à frente.



chega a dizer que acredita “firmemente que Politzer seja o comentador que menos deturpa a letra freudiana nessa empreitada digna de Sísifo” (GABBI JR., 2004, p. X), chamando a atenção para “a gravidade, a relevância e a pertinência da crítica” (GABBI JR., 2004, p. VI), assume uma posição diversa em relação à objeção de Laplanche. Considera as réplicas deste como “uma forma de descaracterizar o essencial da crítica, de modo a perpetuar a psicologia clássica sob formas mais sutis” (GABBI JR., 2004, p. VI), e as refuta rapidamente, qualificando algumas delas de “falsas” (GABBI JR., 2004, p. XV – XVI).

A aposta deste trabalho é a de que vale a pena revisitar a crítica de Laplanche a Politzer, mais especificamente no que ela incide sobre o problema do conflito psíquico. Como veremos, o psicanalista francês indica que as hipóteses politzerianas de explicação do sonho pela via do sentido - aquelas que estariam alinhadas com a psicologia concreta e contestariam a explicação freudiana, abstrata e realista, que opõe conteúdo latente e conteúdo manifesto – implicam no enfraquecimento do conflito psíquico; por conseguinte, em esmaecer uma das noções que alicerça a própria teoria psicanalítica e confere a ela sua singularidade. Apesar de Gabbi Jr. compreender o posicionamento de Laplanche como tentativa de reduzir ou atenuar o impacto da *Critica*..., a provação aqui proposta é a de que talvez suas reflexões sejam tão pertinentes quanto as de Politzer, justamente pela centralidade que conferem ao conflito psíquico, razão pela qual merecem um tratamento mais demorado.

Tendo isso em vista, o caminho a ser trilhado será dividido em três partes, que têm como fio condutor o problema do conflito psíquico: a primeira parte será dedicada à breve recuperação desta noção em Freud, a partir de textos fundacionais da psicanálise, com o objetivo de reiterar seu caráter fundamental e mapear aí os polos em oposição; a segunda parte se voltará para a exposição geral da leitura de Politzer, com destaque à crítica da psicologia concreta à explicação freudiana do sonho, considerando que essa crítica culmina na dificuldade de sustentação do conflito; por fim, o enfoque será na análise do contra-argumento de Laplanche. Espera-se que recuperar a leitura tão marcante de Politzer à luz desta réplica possa tornar ainda mais nítida a importância do conflito psíquico para a psicanálise freudiana e apontar para os riscos de descaracterização que ela sofre diante de seu enfraquecimento.

1. RECAPITULANDO: O CONFLITO PSÍQUICO NA PSICANÁLISE FREUDIANA



Não parece pretensioso admitir que há uma universalidade do conflito psíquico na teoria psicanalítica freudiana, como o faz Claude Le Guen (2005), visto que ele se presentifica nos indivíduos considerados normais a partir de sua constatação, a princípio, na histeria e, posteriormente, enquanto mecanismo chave para a eclosão de todas as psiconeuroses. Tratar desse tema impõe, contudo, além da exigência de reconhecer seu papel capital para as elaborações que atravessam a obra do pai da psicanálise em sua totalidade, a necessidade de considerar que sua “onipresença” nos textos psicanalíticos, que se estende dos escritos freudianos até os de seus sucessores, revela também sua “polivalência”, na medida em que os conflitos travados na vida psíquica mobilizam tanto instâncias, quanto pulsões ou identificações, assim como podem remeter ao amor e ao ódio ou ao conflito edípico propriamente dito (PERRON-BORELLI, 2005, n. p.).

Embora o conflito psíquico brote no solo da histeria, em *As neuropsicoses de defesa* (1894) Freud já considera que ele também está na origem dos sintomas fóbicos, obsessivos e da psicose alucinatória. O estopim para a patologia consiste na ocorrência de uma “vivência”, “representação” ou “sensação” que, por sua natureza sexual, “despertou um afeto tão penoso que a pessoa decidiu esquecê-la, não confiando em poder solucionar com seu Eu, mediante um trabalho de pensamento, a contradição que essa representação inconciliável lhe opunha” (FREUD, 1986a, p. 49). A pessoa tem o propósito de empurrá-la para longe (*fortschieben*), não pensar nela e agir como se ela não tivesse acontecido. Como isso não é possível, o Eu se empenha em recalcá-la (*verdrängen*), em enfraquecê-la, por meio da retirada de sua “soma de excitação” (*Erregungssumme*), impedindo que entre em associação com ele. Submetida a essa operação de isolamento, aquela “vivência” forma o núcleo do que Freud chama nesse texto de um “grupo psíquico segundo”, considerando a “cisão da consciência” em ação; conforme o vocabulário de textos posteriores, torna-se inconsciente. O problema é que essa soma de excitação encontra outra aplicabilidade na vida psíquica, que difere em cada uma das patologias e concede a coloração de seu quadro sintomático: a conversão no corpo na histeria, o deslocamento para representações substitutas na neurose obsessiva, e assim por diante.

A teoria da defesa, como o título do artigo revela, começa a ser esboçada e a psicanálise, por sua vez, a ser delimitada como um novo método de tratamento e de investigação. Desde muito cedo, toma forma a ideia geral de que há uma disputa entre o Eu e a sexualidade – o primeiro enquanto agente do recalque e a segunda enquanto recalcada. Da mesma forma, ganha espaço a ideia de que o recalcado sobrevive de modo inconsciente, se esforça para chegar à consciência, para estabelecer novamente laços com o Eu, razão pela qual a ação defensiva do último deve se manter constante e vigilante. A formação do sintoma consiste nos efeitos



do recalado sobre o Eu. Nas *Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), Freud mostra como a representação obsessiva tem de ser distorcida (*entstellt*) devido à pressão do polo que recalca. Aquilo de natureza sexual que foi expulso da consciência pelo recalque realizado pelo Eu insiste em retornar, indicando que a defesa não é tão exitosa quanto parece, e o faz através da formação dos sintomas, os quais são entendidos como “sintomas de compromisso” (*Kompromißsymptomen*) (FREUD, 1986a, pp. 171-172). Estes são impostos (*aufgedrängt*) ao Eu e figuram como “consequências de um compromisso entre resistência do Eu e poder do retornante” (FREUD, 1986a, p. 182).

Conforme Laplanche e Pontalis (1970, p. 257, *grifos meus*): “É a partir do estudo do mecanismo da neurose obsessiva que Freud ressalta a ideia de que os *sintomas* têm em si mesmos a *marca do conflito defensivo*”, mais precisamente pela ideia de compromisso, que “é rapidamente estendida a todos os sintomas, ao sonho, ao conjunto de produções do inconsciente”, revelando, por sua vez, a presença universal de demandas antagônicas em atividade na alma. *Sobre o mecanismo psíquico do esquecimento* (1898) e *Sobre as recordações encobridoras* (1899) mostram o mesmo jogo de forças em trabalho tanto nas patologias, quanto nos mecanismos normais da vida psíquica – como é o caso da memória –, a saber, “*conflito, recalque, substituição com formação de compromisso*” (FREUD, 1986a, p. 302, grifos do autor). O mesmo acontece nos atos falhos e nos lapsos na fala e na escrita. Em suma, o Eu se defende de determinados conteúdos que entram em contradição com ele, mas o recalado pressiona para retornar, sendo a solução de compromisso entre intenções conscientes e desejos inconscientes a única saída possível diante da oposição em vigor.

O sonho, por sua vez, consiste em mais um passo rumo à expansão das descobertas psicanalíticas das neuroses para a normalidade. Passo fundamental e paradigmático, sem dúvidas. Desde o capítulo quarto da *Interpretação dos sonhos*, sugere-se “a contraposição entre conteúdo onírico manifesto e latente” (FREUD, 2016, p. 156, grifos do autor), considerando que o que aparece no sonho difere dos pensamentos alcançados pela interpretação. Realização disfarçada de um desejo recalado, o sonho revela que há um desejo de origem infantil que quer se expressar, mas que não tem caminho livre para fazê-lo, porque enfrenta uma tendência contrária à sua realização – um “propósito recalador em relação ao tema do sonho ou ao desejo dele extraído” (FREUD, 2016, p. 181) –, de modo que só consegue algum tipo de manifestação por meio da distorção empreendida pela censura onírica (FREUD, 2016, p. 163). Daí a conclusão freudiana de que deve haver duas instâncias psíquicas, uma que submete a atividade

da outra à crítica e exclui sua participação da consciência. A “força pulsionante” (*Triebkraft*) do sonho parte da instância criticada, uma vez que o desejo criador do sonho



tem aí sua origem, ao passo que a instância criticadora exerce a atividade defensiva que torna o produto onírico irreconhecível (FREUD, 2016, p. 167). Tal como o sintoma e seus correlatos, o sonho reúne intenções opostas em si mesmo.

Assim, Freud chega ao modelo mais completo da primeira tópica psíquica e de seu funcionamento econômico, apresentado no capítulo sétimo da *Interpretação dos sonhos*, tão criticado por Politzer, como veremos. O aparelho psíquico é concebido como um instrumento composto por duas extremidades, uma perceptiva e uma motora, e por lugares psíquicos. Haveria um sistema pré-consciente na terminação motora, cujos conteúdos são passíveis de se tornarem conscientes, a depender de certas condições, e o qual tem acesso à motilidade voluntária. Situado atrás deste, estaria o chamado sistema inconsciente, onde se localiza o desejo como força impulsora para a formação do sonho; seus conteúdos só acessariam a consciência, ou, por assim dizer, o sistema consciente, através do pré-consciente e às custas de algumas alterações, uma vez que sofreria a ação da censura (FREUD, 2015, pp. 564-570). A energia psíquica também circularia de modo distinto em cada um dos sistemas. Processos psíquicos primários, que aspiram somente à descarga da excitação para alcançar a satisfação, seriam os únicos vigentes no inconsciente, ao passo que os processos psíquicos secundários seriam próprios do pré-consciente e da consciência, por estenderem o caminho até a satisfação por meio da atividade do pensamento (FREUD, 2015, pp. 628-630).

Note-se que a tópica não cria a ideia de partes em luta. Ela é produto da noção de que há conflito na vida anímica, conforme sugere Claude Le Guen (2005); surge como consequência das relações conflituosas observadas por Freud e é concebida como o espaço virtual onde estas acontecem. Em outras palavras, antes mesmo do “trabalho do sonho”, há um “trabalho do conflito” (PERRON- BORELLI, 2005, não paginado) em plena atividade, que resulta em produtos psíquicos disfarçados e compromissados com forças opostas, como os sintomas e os sonhos.

Vale ainda observar que, de modo geral, o que move todo o trabalho do conflito e o consequente trabalho do sonho continua sendo, no limite, a oposição entre a sexualidade e o Eu, embora estes possam parecer ausentes da *Interpretação dos sonhos*. A título de exemplo, há quem entenda que Freud não explica muito bem os motivos da censura, quais os critérios que justificariam o fato de um desejo ter de ser censurado e modificado pelo trabalho do sonho (BERTANHA, 2006, p. 63), e que haveria um apagamento do Eu no livro dos sonhos, responsável por conduzir a uma espécie de desaparecimento do agente promovedor das defesas,

de forma que a consequência disso seria o obscurecimento do próprio conflito, já que permaneceria sem resposta a seguinte pergunta - quem exerce o recalque no aparelho do



sonho? (BERTANHA, 2006, p. 77)⁹. No entanto, ainda que Freud privilegie os termos da tópica, os sistemas pré-consciente, consciente e inconsciente em suas elucidações, a meu ver há mais de uma razão que leva a supor a presença daqueles dois polos, o Eu e a sexualidade, no mecanismo do sonho.

Em primeiro lugar, se este é mais um importante avanço das descobertas da patologia rumo à normalidade, não há por que supor que nele os termos da disputa sejam diferentes daqueles em jogo nos sintomas, nos esquecimentos, nas recordações encobridoras, etc. Além disso, uma investigação mais rigorosa da obra e dos textos contemporâneos a ela, como o escrito *Sobre o sonho* (1901), revela a proximidade do Eu com o sistema pré-consciente/consciente e com a atividade crítica e censuradora dessa instância. De modo análogo, a sexualidade continua sendo o alvo mais frequente da censura, o motivo mais comum que leva à defesa, como mostram as análises de tantos sonhos dos capítulos quarto e quinto da *Interpretação dos sonhos*, que já em sua primeira edição estabelece o papel formador do desejo sexual, papel que se confirma por meio de afirmações ainda mais taxativas nas edições seguintes da obra, sobre o sentido sexual da maioria dos sonhos dos adultos (FREUD, 2015, pp. 421-422)¹⁰.

De todo modo, interessa-me enfatizar que o sonho consiste em um “compromisso” entre o Eu e os desejos infantis inconscientes, majoritariamente sexuais. No já mencionado *Sobre o sonho*, Freud (1984, p. 661-662) esclarece que “a instância na qual reconhecemos nosso Eu normal” se acomoda ao “desejo de dormir” – rebaixando a censura sobre o recalcado, já que o acesso à motilidade está bloqueado nesse estado anímico –, de forma que o sonho “cria uma espécie de resolução psíquica ao desejo sufocado ou formado com o auxílio do recalcado, apresentando-o como realizado; mas também contenta a outra instância, visto que permite o prosseguimento do dormir.” Podemos dizer, então, que a censura do Eu faz uma concessão aos desejos recalados ao permitir que se expressem, desde que cumpram a condição fundamental da distorção de seus conteúdos. No entanto, tal concessão tem como pano de fundo a relação conflituosa entre a defesa e seu alvo. Em última instância, é possível visualizar a pressão incessante dos impulsos inconscientes, seu embate com o Eu que quer dormir e o sonho como resultado possível dessa luta durante o sono, assim como acontece com os sintomas e outras formações psíquicas já mencionadas na vida de vigília.

⁹ A propósito, talvez essa seja uma das brechas – a presença não tão explícita dos agentes do conflito na *Traumdeutung* – que tenha dado margem para uma interpretação como aquela realizada por Politzer, que não parece conceder à noção de conflito psíquico o peso que lhe é devido, como procurarei mostrar.

¹⁰ Para um tratamento mais detalhado do problema da presença do Eu e da sexualidade no aparelho do sonho, ver Filla, 2019.



Avançando mais um passo, é possível afirmar que, ainda que haja aquela “polivalência” do conflito psíquico na teoria freudiana, trata-se, em última instância, de um “conflito da vontade” (*Willenskonflikt*) (FREUD, 1984, p. 643, grifos do autor) por trás desses fenômenos. De acordo com escritos posteriores, sabemos que este conflito pode ser remetido ao embate entre pulsões – ponto de vista dinâmico, a partir do qual se edificam a tópica e a economia na metapsicologia freudiana. Esta é a abordagem mais radical do conflito psíquico, afinal um conflito entre identificações ou entre amor e ódio implica, em última instância, na batalha entre pulsões que se inclinam a destinos divergentes. Hanns (1999, p. 39) esclarece que “o que move Freud é explicar a raiz do conflito psíquico, isto é, o conflito pulsional. É este que ele pretende encontrar na forma mais irredutível, expresso como um combate de dois princípios ou duas pulsões básicas.” Ainda nas palavras do comentador, “o dualismo conflituoso tinha que ser encontrado também na própria base pulsional” (HANNS, 1999, p. 39).

Pensando nos termos do conflito psíquico antes de 1920, a “base pulsional” consiste, justamente, na luta entre as pulsões do Eu e as pulsões sexuais, até que isso seja reformulado com a entrada em cena da pulsão de morte, contraposta às pulsões de vida, que englobarão todas as manifestações da libido. Desde 1905, com a publicação dos *Três ensaios sobre teoria sexual*, o psicanalista já apontava para a relevância das pulsões sexuais e para as diferenças entre estas e as funções de autoconservação (FREUD, 1978a, pp. 164-165). Em 1910, com *A perturbação psicogênica da visão segundo a psicanálise*, conclui que o Eu também tem um suporte pulsional, as pulsões interessadas na conservação de si, que se contrapõem às pulsões sexuais, as quais buscam ganhar prazer sexual. No limite, as representações só se tornam inconciliáveis porque “cada pulsão procura se fazer valer através da animação das representações adequadas a sua meta” (FREUD, 1986b, p. 211).

Quando o conflito psíquico é reconduzido ao fundamento pulsional, nos vemos novamente diante da briga entre o Eu e a sexualidade com a qual Freud inicia a psicanálise. Na verdade, é como se cada um deles estivesse à frente de um lado da disputa psíquica que move o indivíduo, ponto no qual estou de acordo com Costa:

De um lado, as pulsões sexuais, as representações recaladas, o princípio de prazer e os processos primários; do outro, as pulsões de autoconservação, as forças recalcantes, o princípio de realidade e os processos secundários. O Ego representava, no sistema Pcs-Cs, os interesses da autoconservação e o princípio da realidade. Dele derivava a censura, que mantinha nas fronteiras deste sistema as representações sexuais. Os polos da tensão eram claros. O Ego recalcava; defendia os interesses da autoconservação e do equilíbrio



psíquico: a representação inconsciente era recalcada, pois a realização da noção sexual punha em risco este mesmo equilíbrio.¹¹ (COSTA, 1988, p.11)

Mesmo quando ocorre a revisão do dualismo pulsional e da primeira tópica, sabemos que esse embate nunca deixa de ser considerado por Freud – é uma herança da observação das psiconeuroses de defesa, à qual não se pode renunciar, já que se trata do ponto de partida da própria psicanálise.

Considerando os propósitos deste trabalho, espera-se que esse esboço nada exaustivo da teoria freudiana do conflito psíquico tenha cumprido a função de refrescar a memória do leitor – há uma radicalidade do conflito psíquico, um antagonismo de forças com o qual a psicanálise se depara, que inaugura o campo clínico e teórico que lhe é próprio. Tendo em vista este pano de fundo, passemos à crítica de Politzer.

2 A HIPÓTESE EXPLICATIVA DA PSICOLOGIA CONCRETA SOBRE O SONHO, OU A SAÍDA DE CENA DO CONFLITO PSÍQUICO NA LEITURA DE POLITZER

Para que seja possível compreender a crítica de Politzer, partirei de seus ataques à psicologia clássica, mais precisamente a cinco de seus pressupostos, radicalmente condenados na *Crítica...* e organizados por Gabbi Jr. (2004), em seu prefácio, nesta disposição: 1) a crença de que o psicológico seja algo elementar, atomístico, que se relaciona por associação; 2) a tese de que o psicológico é apreendido pela percepção de forma imediata; 3) a convicção de que existe uma vida interior, que reproduz a vida exterior; 4) a concepção de que o psíquico resulta desses processos internos e não dos atos da pessoa concreta; 5) o postulado da convencionalidade do significado, segundo o qual os relatos têm somente significados convencionais, compartilhados por todos.

Abstração, formalismo e realismo estariam entrelaçados nas malhas da psicologia tradicional, conferindo-lhe a roupagem da qual é preciso se livrar completamente. Abstração,

¹¹ O cenário da primeira teoria metapsicológica, pelo menos na maior parte do tempo, é este, mas é claro que não se trata de reduzir o Ego/ Eu à consciência e de afastá-lo completamente da sexualidade – qualquer leitor advertido por Monzani (1989) saberia da esterilidade de incorrer em pontos de vistas rígidos como este quando se trata do “movimento do pensamento” de Freud. Desde textos como as já citadas *Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa*, o psicanalista se deparava com a dificuldade colocada pela questão de que a própria defesa empreendida pelo Eu era inconsciente em muitos casos. Com o narcisismo, admite a possibilidade de que o Eu também tenha uma natureza sexual, afinal todas as pulsões sexuais se dirigem a ele no começo do desenvolvimento. Mas é apenas a partir da “virada” de 1920 que o quadro da tópica e da teoria pulsional é explicitamente modificado.



porque não basta ao psicólogo o relato do indivíduo – é preciso separá-lo do sujeito que o produz e concebê-lo como “um estado em terceira pessoa” (POLITZER, 2004, p. 60). Formalismo, já que a atenção se afasta do sentido individual e se volta à extração dos processos elementares do fato psicológico, concebidos a partir das convicções teóricas do psicólogo, isto é, das “classes” com as quais ele trabalha (POLITZER, 2004, p. 59), como as sensações, imagens e emoções. Realismo, visto que os processos autônomos, explicados mecanicamente, são tratados como coisas, dotadas de realidade e dispostas na mitologia da interioridade. Em nome da suposta objetividade científica, a psicologia cometaria um erro crasso, aos olhos de Politzer (2004, p. 59, grifos do autor), que “consiste em aplicar aos fatos psicológicos a atitude que adotamos para a explicação dos fatos objetivos em geral, isto é, o método da *terceira pessoa*”, o que faz com que deixem de ser “psicológicos”, posto que se perde o vínculo com o sujeito concreto responsável por produzi-los.

Caberia, então, fundar a psicologia concreta em outros alicerces, que não conduzam aos mesmos becos sem saída. Politzer caracteriza a nova psicologia a partir do que já pode ser visualizado nas descobertas psicanalíticas, mais precisamente no paradigma do sonho. Para Freud, o sonho é digno de ser concebido como fato psicológico, já que é um fenômeno positivo regido por um funcionamento próprio, e, ao mesmo tempo, tem um sentido, e isso implica em um rompimento com a concepção clássica e impessoal de fato psicológico, o qual passa a ser o “ato” e estar, impreterivelmente, em primeira pessoa, “deve ser pessoal e atualmente pessoal – essas são suas condições de existência” (POLITZER, 2004, p. 77). A psicanálise é capaz de encerrar a nova definição de fato psicológico que é cara à psicologia concreta, justamente porque Freud não aborda o sonho pela via da abstração; ao procurar o sentido do sonho, pelo *método da interpretação*, faz dele um ato e o vincula à experiência singular do indivíduo, pois “não quer concebê-lo como um estado em terceira pessoa, não quer situá-lo num vazio sem sujeito. É ligando-o ao sujeito de quem o sonho é que ele quer dar-lhe seu caráter de fato psicológico” (POLITZER, 2004, p. 60).

Como já foi exposto, para a psicanálise o sonho é a realização de um desejo, e Politzer elogia, nesta atitude freudiana, a vinculação do sonho ao eu - entendido como a primeira pessoa, e não como região do aparelho psíquico. O filósofo não deixa de notar que a atitude se repete em relação à neurose e aos atos falhos, que não são estados em si para o pai da psicanálise, mas sim atos de um indivíduo singular que só podem ser explicados individualmente (POLITZER, 2004, p. 81). De todo modo, é tomado a visão de Freud sobre o sonho como fio condutor que

Politzer chega a algumas das constatações mais famosas da *Crítica*... a respeito das bases da psicologia futura. Uma delas é a de que “os fatos psicológicos devem ser homogêneos



ao ‘eu’, só podem ser as encarnações da mesma forma do ‘eu’” (POLITZER, 2004, p. 66, grifos do autor). Este eu, por sua vez, consiste no indivíduo concreto, o que nos leva a outra observação crucial: “*o ato do indivíduo concreto é a vida, mas a vida singular do indivíduo singular, isto é, a vida no sentido dramático do termo*” (POLITZER, 2004, p. 67, grifos do autor). A psicologia concreta só pode se interessar pelo drama humano e a postura do psicólogo deve se aproximar à do crítico de teatro: “*um ato sempre se lhe apresentará como segmento do drama que só tem existência no e pelo drama. Seu método não será, portanto, um método de observação pura e simples, mas um método de interpretação*” (POLITZER, 2004, p. 68, grifos do autor).

Para Politzer (2004, p. 92), “interpretar significa apenas ligar o fato psicológico à vida concreta do indivíduo”, e o grande mérito dos psicanalistas é o de não abandonarem o “plano teleológico das significações”. O que eles fazem consiste tão somente em “aprofundar” este plano, “a fim de encontrar, no fundo das *significações convencionais*, as *significações individuais* que não entram mais na teleologia ordinária das relações sociais, mas são reveladoras da psicologia individual” (POLITZER, 2004, p. 92, grifos do autor). Mais uma vez, é a partir do protótipo do sonho que esse “aprofundamento” pode ser visualizado. Interpretar um sonho consiste em reportá-lo para além da significação convencional, ligá-lo ao drama pessoal do sujeito, à sua vida concreta:

Precisará opor ao relato em termos convencionais um relato feito em termos de experiência individual; ao relato superficial, um relato profundo: será obrigado a fazer intervir a distinção entre o que o sonho *parece* expressar e o que ele significa *realmente*.

Freud chama o relato convencional de conteúdo manifesto e é a tradução desse relato em termos de experiência individual que ele chama de latente (POLITZER, 2004, p. 93, grifos do autor).

É somente nesses termos, da diferença entre as significações convencional e individual, que o filósofo chega a admitir a oposição entre conteúdos manifesto e latente em Freud – que será abandonada pela psicologia concreta, mais adiante, na *Crítica...*. Só há essa possibilidade porque a identificação que Freud faz do conteúdo latente “com os ‘pensamentos oníricos’ será criticada como a reintrodução de uma realidade psicológica oculta por trás do relato, restaurando, em parte, o realismo intolerável da objetivação psicológica”, como afirma Simanke (2002, p. 180).

A direção da interpretação vai da significação pública à significação privada. A primeira é a que “coincide com a indicada nos dicionários” (POLITZER, 2004, p. 93), é a linguagem cotidiana, a única considerada pela psicologia clássica, segundo o postulado da



convencionalidade do significado, que a impediu de enxergar o sentido do sonho – ela só viu nele o conteúdo manifesto. A segunda ultrapassa este campo, é a “significação íntima”, que tem a mesma “estrutura” da significação convencional, mas decorre de uma “experiência secreta” do indivíduo, que precisa ser penetrada para que possa ser alcançada (POLITZER, 2004, p. 98). O psicanalista, ao pedir para o sujeito “dizer tudo, o que lhe vem à cabeça, sem crítica e sem reticência, está pedindo que ele abandone todas as montagens convencionais, livre-se de toda técnica e toda arte, para deixar-se inspirar pela sua dialética secreta” (POLITZER, 2004, p. 100).

A inspiração concreta da psicanálise se encontra em conceber o sonho como criação dessa dialética íntima, em vez de abordá-lo a partir da dialética convencional. O problema é que ela inaugura a psicologia concreta e, simultaneamente, traz o antagonismo entre esta e a psicologia abstrata em seu próprio seio. Suas descobertas exigem uma *explicação* – e Politzer (2004, p. 103 e 130) não nega tal exigência –, porém Freud a encontra em especulações que se perdem no labirinto realista, abstrato e formal dos pressupostos da psicologia clássica, ensaiadas a partir do quinto capítulo da *Traumdeutung* e coroadas no famigerado capítulo sétimo. Aparece a “mitologia freudiana dos processos e das instâncias” (POLITZER, 2004, p. 140), mas como mostra Aires (2003, p. 52, grifos da autora), “o principal exemplo de construção teórica abstrata, embora baseado em questões clínicas concretas, é a noção *princeps* da psicanálise: *o inconsciente*”. Freud chega até ela pela via da distinção entre os conteúdos manifesto e latente; mais precisamente, por meio da tentativa de responder ao problema da distorção (*Entstellung*) onírica¹² – qual a causa do disfarce do sonho? Por que ele precisa de um trabalho de análise para revelar seu sentido?

O argumento freudiano é reconstruído da seguinte maneira por Politzer (2004, p. 106-107, grifos do autor): o “*relato*” do sonho fornece um material “*desproporcional*” ao conteúdo manifesto; este material revela ao sujeito coisas que ele ignorava, mas que dizem respeito à sua própria vida íntima – o conteúdo latente; Freud supõe que esses pensamentos então revelados são anteriores ao conteúdo manifesto e ao próprio sonho; uma vez que tais pensamentos não estão “*disponíveis*” ao sujeito antes da análise, “eles não têm existência semelhante à maneira

¹² Na tradução em português da obra de Politzer, seguindo a opção em francês do autor para traduzir *Entstellung*, o termo escolhido foi “transposição”. Em nota, o revisor técnico explica que o termo alemão chegou a ser traduzido por *transposition* em francês, mas que autores como Laplanche e Pontalis recusam essa possibilidade, considerada “muito fraca” para o que Freud gostaria de exprimir com ela, razão pela qual preferem *déformation* (POLITZER, 2004, p. 107, nota 43). Na nossa língua, considero pertinente a opção “distorção”, encontrada na edição da *Interpretação dos sonhos* publicada pela L&PM. É interessante ter em vista a escolha de Politzer por transposição, termo mais ameno do que deformação, para tratar do conteúdo manifesto: isso não é sem relação com o enfraquecimento da dimensão conflituosa que resulta da leitura politzeriana do sonho, a ser abordado na sequência.



de ser dos pensamentos *disponíveis*"; logo, existem de outra maneira - são inconscientes. Faço minhas as palavras de Simanke (2002, p. 183, grifos do autor): é "o pecado mortal do *realismo*, que condena a noção de inconsciente." É só pela "ótica do realismo" que aquela ignorância do sujeito que relata o sonho pode se converter em prova do inconsciente, uma vez que aquilo que é aparentemente ignorado, mas conhecido pelo sujeito (como mostra a análise), precisa existir em algum lugar (POLITZER, 2004, p. 134). Com efeito, se não é possível dar um sentido ao conteúdo manifesto de imediato, "é porque *algo falta*, e este 'algo' está em outro lugar ('a outra cena'), ou seja, no inconsciente, a partir de onde funciona como causa eficiente do que ocorre à superfície da consciência" (SIMANKE, 2002, p. 183, grifos do autor).

O passo que teria permitido a Freud chegar à hipótese do inconsciente depende não apenas da realização do conteúdo latente, como também da abstração, da projeção das representações inconscientes em uma vida interior, a ser investigada em terceira pessoa. Para o filósofo húngaro, o inconsciente não é uma simples constatação diante de provas fornecidas pelo sonho e por outros fenômenos como a hipnose, os esquecimentos ou os sintomas, os quais indicam que o sujeito sabe mais do que aparenta saber – sabe, mas não sabe que sabe -, de forma que este saber inacessível só possa ser inconsciente. O inconsciente – seja ele meramente latente ou dinâmico - é, antes, uma hipótese, já que só é possível chegar a essa conclusão por meio dos procedimentos da psicologia tradicional. Mais do que isso, ele ocupa a posição de núcleo duro das "hipóteses de estrutura" feitas por Freud, que passa a recorrer a noções gerais para explicar o sonho, pautadas no esquema do aparelho psíquico da primeira tópica, na ideia mecanicista de excitações ou energias que circulam nele por meio de processos primários e secundários, segundo o princípio de desprazer, etc., afastando-se radicalmente dos dramas em primeira pessoa, dos atos concretos, os quais têm de ser homogêneos ao eu, conforme já mencionado. Tomando esta direção, "Freud comete o erro clássico: decompõe o ato do sujeito em elementos que estão, todos, abaixo do nível do 'eu' e quer, a seguir, reconstituir o pessoal com o impessoal" (POLITZER, 2004, p. 117). O paradoxo está delineado: um "edifício ao gosto da psicologia clássica" é erguido pelo próprio "fundador" da psicologia concreta (POLITZER, 2004, p. 127; p. 129), tendo como centro a noção de inconsciente.

Nota-se que a essência do problema do inconsciente para Politzer gira em torno de sua recusa da concepção freudiana de que o conteúdo latente seria o *texto original*, preexistente ao conteúdo manifesto - o qual seria, por sua vez, o mesmo texto só que distorcido, alvo da censura onírica -. Tal realização do conteúdo latente dependeria, ainda, do "*postulado da anterioridade do pensamento convencional*" (POLITZER, 2004, p. 145). Freud teria suposto que o conteúdo latente dá as "intenções significativas" com os "signos adequados" – visto que é



o sentido do sonho propriamente dito –, ao passo que isso não acontece no conteúdo manifesto. De acordo com o postulado, haveria um pensamento convencional anterior ao sonho, o qual é distorcido e resulta no conteúdo manifesto, que é simbólico e por isso precisa ser decifrado. Segundo Politzer (2004, p. 154, grifos do autor), “todo pensamento devido a uma dialética individual aparecerá necessariamente como derivado, como devendo ser explicado a partir de um pensamento que exprima *o mesmo* tema de maneira convencional”; em outras palavras, “*como um pensamento convencional deformado e desprezado.*” O relato efetivo tem sempre esse “duplo ontológico”, que é o conteúdo latente. Como esclarece Aires (2003, p. 69, grifos da autora), a anterioridade da significação remete à existência “de um sentido *verdadeiro* presente em outra realidade psicológica, oculta ao agente.”

Com isso, já temos recursos suficientes para abordar as especificidades da hipótese da psicologia concreta para explicar o sonho e indicar seus inconvenientes. Retomemos, então, o fio que deixamos solto em alguns parágrafos acima. Vimos que, para Politzer, até certa altura, há uma única diferença possível entre conteúdo manifesto e conteúdo latente, que se estabelece no nível das significações. O primeiro se limitaria à significação e à dialética convencionais, ao passo que o segundo remeteria ao significado individual, secreto. Sob este ângulo, não é possível conceber que o conteúdo manifesto – a “simbólica do sonho” - seja um “disfarce de um texto primitivo” (POLITZER, 2004, p. 147), uma vez que seria preciso supor que esse texto original teria uma realidade psicológica anterior ao relato efetivo do sonho. A citação abaixo tem valor inestimável para indicar no que a posição da psicologia concreta difere da psicanalítica a respeito do sonho:

Com efeito, estamos diante de duas hipóteses. A freudiana concebe o sonho como uma transposição verdadeira que parte de um texto original que o trabalho do sonho deforma; a outra, pelo contrário, vê no sonho o resultado do funcionamento de uma dialética individual. A diferença essencial entre essas duas concepções reside em que o sonho, na primeira, é algo derivado, enquanto na segunda é o fenômeno primeiro que basta a si mesmo. Nessas condições, o sonho não tem dois conteúdos: um latente e um manifesto. Pois, só pode haver um conteúdo manifesto quando se procura interpretá-lo no plano das dialécticas convencionais. Ora, precisamente essas dialécticas são ineficazes no caso do sonho: o sonho não é obra delas, pois explica-se por uma dialética pessoal. Só tem um conteúdo, o que Freud chama de latente (POLITZER, 2004, p. 147, grifos do autor).

O argumento aqui é levado às últimas consequências, uma vez que a significação convencional não tem nenhuma relevância para o sonho. Dito de outro modo, em congruência com suas diretrizes, pautadas no drama humano, nos atos concretos da primeira



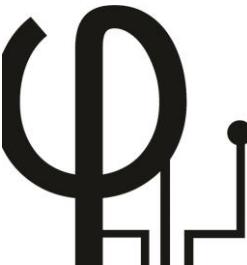
pessoa, Politzer defende que só pode haver conteúdo latente, na medida em que a linguagem do sonho diz respeito à intenção significativa individual. O sonho “basta a si mesmo” porque é uma criação da dialética pessoal, concerne às significações íntimas do sujeito, ligadas a sua vida concreta. No entanto, o conteúdo latente é admitido por Politzer sob a seguinte perspectiva:

Mas esse conteúdo, o sonho o tem imediatamente, não *posteriormente a um disfarce*. O simbolismo só parece ser um disfarce quando *se substitui a dialética que explica o sonho pelo seu relato e quando se realiza esse relato anteriormente ao próprio sonho*. (POLITZER, 2004, p. 147, grifos do autor).

Não há, portanto, o disfarce de um conteúdo prévio, justamente porque essa hipótese implica em atribuir realidade ao conteúdo latente no inconsciente e deixar o plano da significação. Só importa, para a psicologia concreta, o relato efetivo do sonho, a dialética individual que ele realiza na atualidade da análise. Nem por isso Politzer (2004, p. 146) deixa de ver o sonho como realização de desejo, ou ainda de desejos infantis, mas, novamente, sustenta essa ideia à sua maneira. Aproxima o sonho de um “cenário”, que tem a “forma” desse desejo e segue a sua dialética, podendo reproduzir, inclusive “montagens infantis com materiais recentes”, mas rejeita que o desejo ou as recordações infantis estejam alojados no inconsciente:

Ora, para que o arranjo de um certo número de elementos, conforme o cenário do desejo, ou da montagem infantil, possa efetuar-se, não é necessário que o desejo ou a montagem em questão seja, anteriormente ao próprio sonho, o objeto de uma representação distinta para o sujeito, assim como não é necessário pensar que durante uma partida de tênis as regras do jogo ajam “inconscientemente”. Da mesma maneira, é inútil atribuir ao desejo ou à montagem uma *existência psicológica distinta*. [...] O que é verdadeiramente real é a *significação* do relato em si, e se nos limitarmos a essa significação não teremos motivo algum para realizar separadamente e no inconsciente o que é *implicado* como dialética na montagem do sonho (POLITZER, 2004, p. 147, grifos do autor).

O filósofo defende que é possível explicar um sonho por uma “lembrança de infância” desde que esta seja concebida como “signo de uma montagem ou de um comportamento”, quer dizer, seja olhada de uma perspectiva que ele chama de verdadeiramente dinâmica e não “estática”, como se fosse dotada de uma realidade psicológica, como se fosse uma representação armazenada no inconsciente e sujeita às leis mecânicas com as quais Freud descreve seus processos. Tal lembrança de infância apenas significa “um comportamento ou uma montagem”, de forma que “não se pode dizer que esteja ausente do sonho: está presente como as regras do jogo estão presentes numa partida de tênis” (POLITZER, 2004, p. 148).



Nesse caso, quando o sujeito “toma posse” da lembrança em questão, “não arrancamos o véu que encobria a entidade, mas obtemos uma luz nova, um esclarecimento decisivo do problema. [...] aprofundamos a nossa compreensão com a ajuda de uma nova relação” (POLITZER, 2004, pp. 148-149).

Tratemos com mais atenção da analogia convocada duas vezes pelo autor. Na equação de Politzer, a lembrança de infância ou o desejo infantil estariam para o sonho, assim como as regras do jogo estão para uma partida de tênis. Eis o cerne do problema que anima este artigo: até que ponto é possível usar o modelo das “regras” de um “jogo” quando o assunto é a formação do sonho? Considerando que a função das regras é a de “reger” ou “regular” a partida de tênis, ainda que de maneira implícita, é pertinente dizer que o desejo infantil faz o mesmo em relação ao sonho – apenas o rege, o regula? Isso só seria possível se nos esquecêssemos de certos enunciados do psicanalista, visíveis na primeira parte deste artigo e em trechos como este: “em nossa teoria do sonho, atribuímos ao desejo oriundo do infantil o papel de *motor* imprescindível para a formação dos sonhos” (FREUD, 2015, p. 617, grifos meus). Motor, na medida em que o desejo de origem infantil busca impetuosamente encontrar alguma expressão no sonho, mas enfrenta a oposição de outras lembranças ou “maneiras de ser” – termo que Politzer (2004, p. 111) considera mais adequado do que “representações” – que são contrárias a ele. A lembrança de infância não somente significa “um comportamento ou uma montagem”; ela não é simplesmente uma significação que tem caminho livre para se expressar na dialética individual do sonho e da qual é possível “tomar posse” para, com isso, aprofundar ou lançar uma luz nova, um esclarecimento sobre o relato atual do sonho.

É de um cenário *bético* que se trata na concepção freudiana. O conflito psíquico está atuante na criação do sonho, assim como na formação dos sintomas psiconeuróticos, dos atos falhos, dos esquecimentos, e da vida psíquica normal, como já foi exposto. Se uma lembrança infantil explica o sonho, não dá para dizer, como Politzer (2004, p. 148) o faz, que isso significa tão somente “que, na base do sonho, encontra-se uma montagem que é a significação de uma lembrança da infância”, sem enfraquecer a noção de conflito psíquico. Isso porque, na teoria freudiana, o sonho carrega a marca do conflito defensivo. Ele é produzido a partir de um trabalho precisamente pelo fato de que o desejo infantil trava uma luta com outras representações¹³ do indivíduo, há forças opostas que se contrapõem e chegam a uma formação

¹³ É pertinente lembrar que Politzer critica o termo “representação” e o uso que Freud faz dele. Vale considerar, no entanto, que, para o psicanalista, os processos psíquicos são compostos, além de energia, por representações que “se organizam respondendo a um sentido e não a choques mecânicos cegos”, conforme aponta Silveira (2016, p. 49). Não por acaso, encontramos essa afirmação em um artigo da autora dedicado a questionar certos aspectos da crítica de Sartre a Freud, mais precisamente, no tópico em que ela apresenta um



de compromisso, a uma solução intermediária que satisfaz parcialmente o polo defensivo e o polo que é alvo da defesa. Por essa razão, a leitura de Laplanche sobre a posição de Politzer e sua denúncia de que o conflito psíquico se esvai nas mãos do filósofo tem seu mérito, como veremos a seguir. No cenário do sonho, parece que quem precisa sair de cena para que o drama politzeriano opere é a noção de conflito psíquico.

3 A RÉPLICA DE LAPLANCHE

Tomarei como base o primeiro capítulo de *O inconsciente: um estudo psicanalítico*, mais especificamente seu tópico inicial, que concentra a crítica de Laplanche a Politzer. O texto foi republicado em francês em 1981, junto às *Problemáticas IV- O inconsciente e o Id*, que trazem, por sua vez, o comentário de Laplanche sobre seus próprios argumentos expostos no estudo feito com Leclaire. Mais de vinte anos depois, ele revê algumas de suas colocações e reitera os pontos que julga mais importantes, razão pela qual ambos os escritos terão grande valor para o percurso aqui proposto¹⁴.

No capítulo inaugural de *O inconsciente...*, Laplanche parte da retomada dos termos da crítica de Politzer em tom de homenagem ao autor. Relembra as acusações de abstração e realismo que incidem sobre a hipótese freudiana do inconsciente e retoma termos que já nos são conhecidos a esta altura. Acrescenta que a psicologia concreta, em vez de afirmar a realização do conteúdo latente enquanto texto original, prévio ao relato manifesto do sonho, teria enveredado pela hipótese do sentido, mas precisamente em “uma teoria da imanência do sentido que, se não extraí seus elementos da doutrina fenomenológica, poderia ser perfeitamente por ela reivindicada” (LAPLANCHE, 1992, p. 216). Estaria em jogo, então, uma inspiração fenomenológica de Politzer, que não teria a ver com as filiações diretas do “filósofo marxista”, mas sim com “essa vontade de descobrir por trás da suposta maquinaria metapsicológica a

contraponto à acusação feita por Sartre de que Freud teria pressuposto a existência de forças antagônicas em nós como se fossem coisas – justamente na esteira de leituras como a de Politzer, segundo a afirmação da própria autora (p. 55, nota 9). Não são meramente “coisas”, mas sim oposições que respondem a um sentido, o qual “continua a guiar os laços entre as representações” (p. 49). Tratar da questão da representação não é o propósito deste artigo, evidentemente, mas o tema acabará reaparecendo adiante, mais uma vez de modo secundário.

¹⁴ Daqui em diante, abordarei o escrito com Leclaire pela abreviação *O inconsciente...*, e a obra toda pela abreviação *Problemáticas...* (Lembrando que a tradução desta em português, seguida pela tradução do trabalho de Bonneval, foi publicada em 1992). Tentarei especificar se estou citando Laplanche em *O inconsciente...* ou nas *Problemáticas...*, mas é preciso levar em conta que os argumentos que me interessam não sofrem alterações substanciais entre um texto e outro. Na verdade, é como se Laplanche fosse complementando e esclarecendo suas próprias palavras emitidas anteriormente, razão pela qual recorrerá constantemente às duas exposições.



intencionalidade, a intenção significante¹⁵, incluindo nisso a maneira como essa intenção significante é opaca para si mesma”¹⁶ (LAPLANCHE, 1992, pp. 33-34).

Prado Jr. (2005, p. 38) compartilha dessa opinião – “um certo estilo fenomenológico parece impregnar todo o seu ensaio” -, o que teria aberto as portas para a posterior apropriação fenomenológica da psicanálise na França. Gabbi Jr. (2004, p. XV), por sua vez, vê, nesse posicionamento de Laplanche e de Prado Jr., uma maneira de “reduzir o impacto da *Critica...*”, de retirar sua especificidade e vinculá-la a uma tradição filosófica, com base no fato de Politzer endossar “a tese da imanência do sentido”. Para os propósitos deste artigo, a importância não recai em chegar a um veredito sobre se o autor estaria ou não ligado à tradição fenomenológica¹⁷, mas sim em investigar quais as consequências do fato dele operar com tal tese da imanência do sentido em sua interpretação da psicanálise freudiana, na medida em que é justamente esse viés de leitura que enfraquece a noção de conflito psíquico.

É possível, assim, conceder contornos mais nítidos ao esboço iniciado no final do tópico anterior. O conflito se esvai a partir do momento em que se supõe uma relação de *imanência* entre o relato do sonho e seu conteúdo latente, conforme este é compreendido por Politzer. As comparações evocadas pelo último tornam isso mais visível. Não por acaso, são recuperadas por Laplanche (1992, p. 219) em *O inconsciente...*: “é a relação cênica que liga uma peça de teatro ao seu tema, sem que se tenha de supor que esse tema já esteja inscrito em algum lugar”¹⁸; “a relação de imanência que faz com que, numa partida de tênis, as regras estejam presentes de modo implícito” – exemplo que conhecemos melhor -; ou ainda uma relação do tipo “expressiva” como “a expressão de um afeto num gesto”¹⁹. A aposta na psicologia da primeira

¹⁵ Nota-se que, na tradução em português da *Critica...*, é a expressão “intenção significativa” que traduz o francês “intention significative” usado por Politzer no original (a referência deste será concedida na sessão final do artigo).

¹⁶ No *Vocabulário da psicanálise* (LAPLANCHE e PONTALIS, 1970, p. 144), o verbete “conteúdo manifesto” traz a mesma indicação - o viés fenomenológico da crítica de Politzer.

¹⁷ Ainda sobre esse ponto, convém ter em vista o que o próprio Prado Jr. (2005, p. 38) nos comunica: ele afirma que o “vocabulário técnico da fenomenologia hussseriana” não está presente na *Critica...*, e que não encontrou “nenhuma referência a Husserl nos escritos de Politzer, ainda que tão familiarizado com a literatura teórica alemã”, mas que certamente o filósofo húngaro era “leitor da *Erlebnispsychologie* e da *Lebensphilosophie* de seu tempo”, de forma que estava exposto, “pelo menos indiretamente”, à influência da fenomenologia. Se nos lembrarmos do interesse de Politzer pela *Gestalttheorie*, à qual seria dedicado um dos volumes de seu projeto original, e as possíveis relações que essa teoria trava com a fenomenologia, também é possível inferir que ele tinha, em certa medida, conhecimento sobre o assunto.

¹⁸ Ainda no primeiro capítulo, em seu elogio ao método psicanalítico, Politzer (2004, p. 74) diz: “A cada passo do relato surgem pensamentos que esclarecem a significação dos elementos do conteúdo manifesto, de tal forma que, se confrontarmos esses pensamentos com o conteúdo manifesto, este é para aqueles como uma peça de teatro é para seu tema, no sentido preciso que os primeiros expressam a ideia do desejo e o segundo, o palco em que este se realiza.”

¹⁹ Já no capítulo quarto, esse paradigma aparece no exemplo concreto de explicação de um sonho fornecido por Politzer: “No sonho da injeção aplicada em Irma, ‘Irma está com dor de garganta’ significa ‘desejo um erro de diagnóstico’. Ora, só há ‘explicação’, inicialmente, no plano das significações, pois estamos diante de



pessoa, no drama humano e, por conseguinte, a defesa de que interpretar um sonho consista tão somente em se aprofundar na significação íntima que é imanente ao próprio sonho, tem um preço. Para Laplanche (1992, p. 220, *grifos meus*), Politzer opera não apenas uma “redução”, mas “um verdadeiro achatamento” da dimensão subjetiva apresentada por Freud: “Em outras palavras, a simples *oposição* entre o relato ou o gesto manifesto e o drama ou a significação que lhe são imanentes, e que a análise deveria simplesmente reconstruir, parece-nos incapaz de explicar os dados da psicanálise.” Talvez seja possível complementar – porque não se trata propriamente de uma relação de oposição.

Nas *Problemáticas...*, Laplanche (1992, p. 34, *grifos meus*) é mais preciso a esse respeito: “Esse drama, esse núcleo dinâmico de significações, está numa *relação de imanência* em relação aos conteúdos nos quais se exprime, e não numa *relação de conflito*, de dialética e ainda menos de mecanicismo.” Convém acrescentar que, apesar de Politzer (2004, p. 155, *grifos meus*) não deixar de falar em dialética, esta é concebida de um ponto de vista que não parece ser o do conflito, como fica claro neste fragmento: “De fato, houve sonho: uma dialética individual funcionou, *laços imprevistos e imprevisíveis foram estabelecidos entre intenções significativas e signos*”. O sujeito tem acesso à significação íntima do sonho no presente, a partir da interpretação de seu relato na análise, por meio da qual se mostram esses laços inusitados. De acordo com o que já foi exposto, se a lembrança infantil ou o desejo que explicam o sonho estão para este como o tema está para a peça de teatro, como as regras do jogo estão para a partida de tênis, como o afeto está para o gesto que o expressa, é notável que entre eles não se estabelece nenhum tipo de tensão ou embate. Essa série de analogias escancara o problema central – em uma frase: *tal relação de imanência não é, nem pode ser, uma relação de conflito*.

A objeção de Laplanche ganha corpo em *O inconsciente...* em uma nota de rodapé, subsequente à afirmação de que a alternativa oferecida por Politzer para explicar o sonho não dá conta dos dados da psicanálise, na medida em que reduz o conteúdo latente a um *sentido*. Na nota, o francês reproduz a citação da *Crítica...* já destacada aqui²⁰, na qual Politzer deixa claro que a hipótese da psicologia concreta difere da hipótese psicanalítica quanto à explicação

uma explicação de texto, ou melhor, diante da análise de uma cena dramática. Então, o desejo do erro de diagnóstico explica a dor de garganta, da mesma forma que o termo latino ‘pater’ *explica* o termo francês ‘père’, ou que o ciúme explica o gesto de Otelo” (POLITZER, 2004, p. 139, grifos do autor). O uso do exemplo linguístico é, aliás, criticado por Laplanche (1992, p. 219), que levanta a possibilidade de que se trate menos de uma relação de imanência do que de uma substituição de um signo por outro, ponto que será deixado de lado aqui por não se circunscrever aos propósitos deste trabalho.

²⁰ A citação se encontra nas páginas finais da segunda parte deste artigo e se inicia com a seguinte oração: “Com efeito, estamos diante de duas hipóteses...”



do sonho, precisamente porque só há conteúdo latente para a primeira; não há nenhum disfarce em ação e só há a significação pessoal do relato em si, na medida em que é o resultado de uma dialética pessoal. Laplanche então comenta:

Embora Politzer pretenda responder assim à teoria do inconsciente “dinâmico”, pode-se muito bem afirmar que é nesse ponto que a teoria freudiana permanece “irrefutável” (*das Ich und das Es, [...]*): quando ele funda a existência autônoma do inconsciente (isto é, autônoma e não puramente correlativa da expressão consciente) nos fenômenos do recalque, da resistência, em última análise na noção de conflito, nessa dialética a que Politzer recorre aqui; mas em vão, já que eliminou a distinção dos planos que lhe permitiria funcionar. (LAPLANCHE, 1992, p. 221)

Gabbi Jr. (2004, p. XV) entende essa réplica deste modo: “o conflito é essencial para caracterizar a descoberta psicanalítica, contudo só se pode expressá-lo pela distinção entre dois planos; traduzindo: pela oposição entre dois sistemas – pré-consciente e inconsciente”. Mas tal oposição, que remete à divisão tópica, é produto de um conflito ainda mais fundamental para a psicanálise, conforme vimos na parte inicial deste artigo. Há dois polos em conflito, o que o Eu almeja se contrapõe ao que a sexualidade requer. Enquanto agente do recalque e recalcado, eles ocupariam a linha de frente de cada um dos lados em disputa, que incluem, respectivamente, os sistemas pré-consciente/consciente e inconsciente, os processos secundários e primários, e, por último, na raiz, as pulsões de autoconservação e as sexuais. Com a rejeição do disfarce ou distorção do conteúdo manifesto em relação ao conteúdo latente, o sonho deixa de carregar a marca do conflito defensivo. Não é mais produto de um trabalho, afinal é justamente seu caráter distorcido que dava a Freud as condições de visualizar que ele satisfazia tanto ao desejo inconsciente, quanto à censura. Nesse sentido, Politzer não leva em conta que há exigências contrárias em cada um de nós, que culminam nesses produtos.

Voltemos a Politzer (2004, p. 147): com efeito, a significação individual é a única que está em jogo no relato do sonho – há uma “dialética individual que devemos analisar para ver qual é essa dialética, qual a forma ou a montagem que explica o sonho, e não procurar remontar a qualquer ‘texto original’.” Com a interpretação, é possível se aprofundar nessa dialética, lançar uma luz nova sobre ela ou compreendê-la a partir de uma nova relação, por exemplo, explicitando uma lembrança de infância ou um desejo que já estaria presente no sonho de modo imanente. É notável como se trata tão somente de ter acesso aos “laços imprevistos e imprevisíveis” entre “intenções significativas e signos” dessa dialética íntima; não se trata de tendências opostas em luta, que aspiram por se expressarem, mas encontram dificuldades, justamente por serem divergentes entre si.



Nas *Problemáticas...*, Laplanche complementa seu argumento. O título do tópico dedicado a esse ponto já diz muito: “*O ‘querer significar’ não dá lugar ao conflito*” (LAPLANCHE, 1992, p. 36, *grifos meus*). Visto que, para Politzer, só há um plano – o da intenção significativa -, “que, segundo o caso, pode-se materializar numa linguagem chamada convencional, aquela que nos serve para comunicar, ou então numa ‘dialética’ e numa linguagem puramente individual e pessoal, que seria o idioma do sonho” (LAPLANCHE, 1992, p. 37), não há espaço para uma das descobertas fundamentais da psicanálise:

Ora, essa concepção, digamos, fenomenológica das formações do inconsciente leva – e essa é a minha principal objeção – a apagar uma dimensão essencial da descoberta freudiana do inconsciente ou, simplesmente, a descoberta freudiana das neuroses, nas análises concretas, ou seja, a elucidação do conflito psíquico e do compromisso em que este acaba por traduzir-se, quer seja nessa formação particular que é o sintoma, quer em todas as “formações do inconsciente”. Restituir o lugar dessa noção de conflito é dar prova de uma ortodoxia freudiana da qual *aqui* me parece impossível abdicar. A noção de conflito defensivo é um dos pivôs da análise, um eixo que é impossível abandonar, mesmo que questionemos muitos outros conceitos freudianos. [...] Conflito e defesa são conceitos que não têm lugar na concepção de Politzer e, em última instância, em qualquer tentativa de reduzir a descoberta analítica a um esquema de tipo fenomenológico. [...] *Não há conflito entre uma intenção significante* (se esta não se encontra já consignada num texto, se ainda não é mais do que intencionalidade) *e o modo como ela se realiza* (LAPLANCHE, 1992, pp. 37-38, *grifos meus*).

O saldo da denúncia de Politzer acerca da subordinação da hipótese do inconsciente aos postulados da psicologia abstrata, de sua proclamação da morte da metapsicologia e de sua saída pela tese da imanência do sentido para resolver o problema da explicação do sonho consiste em enfraquecer a dimensão do conflito psíquico que está em pauta na produção do sonho, dos atos falhos, dos esquecimentos, das recordações encobridoras e das neuroses - no limite, de todos fenômenos investigados pela psicanálise freudiana. Como procurei recuperar na primeira parte deste artigo, é ao notar a defesa, primeiro no âmbito da histeria e das demais psiconeuroses, depois no âmbito da vida psíquica comum, que Freud funda a psicanálise propriamente dita. Como bem aponta Laplanche, se há noções freudianas que podem ser questionadas e até abandonadas, a de conflito psíquico não é, definitivamente, uma delas. É a descoberta freudiana. Será que é possível, como quer Politzer, preservar a “verdadeira inspiração” da psicanálise, aquela em direção ao concreto, se esta requer que uma noção como aquela seja atenuada ou mesmo eliminada? Isso não significa, em última instância, descaracterizar o próprio pensamento freudiano? Nesse sentido, o autor não descarta apenas a metapsicologia, mas também o alicerce do conflito psíquico, colocando então em xeque



se o que sobra pode ser, de fato, chamado de psicanálise. Joga fora o bebê com a água do banho, como ilustra a expressão popular²¹.

Parafraseando Politzer, assim como um fato precisa estar em primeira pessoa para ser chamado de psicológico em sua psicologia concreta, o sonho precisa ser resultado de um conflito e carregar sua marca para que se possa falar de uma abordagem psicanalítica dele. Ora, a ideia politzeriana é a de que o sonho é o relato do sonho, cuja significação individual já está presente imediatamente. Contudo, ainda que o sonho tenha um sentido pessoal, diretamente relacionado à vida do indivíduo ao qual se liga, não podemos esquecer que é efeito do conflito, tentativa de alcançar um equilíbrio provisório de forças, em um jogo de tensões constante. Seu sentido só vem à tona no processo analítico, que é procurado pelo sujeito justamente quando esse suposto equilíbrio sucumbe. Como diz Laplanche (1992, p. 55) nas *Problemáticas...*, o sonho não é “diálogo” e nem “o relato do sonho”.

Lembremos da comparação feita por Freud, nas *Conferências de introdução à psicanálise*, entre o “sistema expressivo” (*Ausdruckssystem*) do sonho e das línguas e escritas antigas, como a hieroglífica, e da ressalva que o próprio autor acrescenta a essa analogia. As línguas e escrituras primitivas estariam destinadas à “comunicação” (*Mitteilung*), afinal foram feitas, no limite, para serem compreendidas. “Esse caráter, precisamente, falta ao sonho. O sonho não quer dizer nada a ninguém; não é um veículo da comunicação; ao contrário, se empenha em permanecer incompreendido” (FREUD, 1978b, p. 212). Tal constatação pode ser estendida aos atos falhos, aos sintomas e às demais produções do inconsciente, na medida em que consistem em formações de compromisso entre exigências contrárias, na busca de satisfazer, simultaneamente, o polo defensivo e o polo alvo da defesa e encontrar um ponto de relativa estabilidade. Laplanche (1992, p. 98) parece ter razão quando afirma que “o inconsciente é fenômeno de sentido, mas sem nenhuma finalidade de comunicação”.

De todo modo, duas observações me parecem relevantes antes de encerrar esta discussão. A primeira delas é que devemos fazer justiça a Politzer e reconhecer que ele não deixa de falar em “conflito” na sua *Crítica...*, mais precisamente, na ocasião em que o filósofo discorre sobre o que considera ser um sentido concreto do recalcamento, noção que, no geral, concebe como mais uma das abstrações metapsicológicas de Freud. Parece ser uma das únicas ocorrências do termo²². Haveria, de fato, pensamentos que são “penosos” para o sujeito, dos

²¹ A propósito, Roudinesco (1988, p. 80) utiliza a mesma expressão, mas para exprimir a relação mais geral de Politzer com a psicanálise: “Em sua conversão ao marxismo, ele joga fora o bebê junto com a água do banho, a psicanálise com a psicologia.”

²² Além das menções a um “conflito” entre as atitudes concreta e abstrata no interior da psicanálise freudiana (por exemplo, POLITZER, 2004, p. 104; p. 111, nota 88; p. 129).



quais ele não quer “tomar consciência” – entendida aqui no sentido de responsabilidade –; o pensamento se torna penoso “quando o sujeito é obrigado a reconhecê-lo como sendo seu, quando aparece como expressão de *uma maneira de ser* que implique para ele a indignidade, a decadência, porque ao contrário do ‘ideal do eu (*moi*)’, por exemplo” (POLITZER, 2004, pp. 110-111, grifos meus). Nesse caso, trata-se dos atos concretos de um sujeito, de suas ações em primeira pessoa:

[...] estamos em presença, não de simples representações, mas das próprias formas nas quais o sujeito quer inserir-se; na presença de um *conflito, não entre representações, mas entre maneiras de ser*, das quais umas são reais, mas condenadas, outras desejadas, mas irrealizáveis (POLITZER, 2004, p. 111, grifos meus).

Quer dizer que há conflito, há dificuldade de assumir a responsabilidade de certos pensamentos quando expressam uma “maneira de ser” condenada pelo sujeito, o que levaria ao recalcamento, mas isso não teria nada a ver com representações, porque estas implicam pressupostos da psicologia clássica. De todo modo, ainda que o conflito apareça na *Crítica...*, parece que seu papel tão periférico não consegue dar conta de preservar o espaço que ele ocupa na produção do sintoma, do sonho e de seus correlatos, já que, no limite, de acordo com o pensamento freudiano, todos estes resultam de um conflito. Além disso, paira uma questão curiosa: o que são as representações para Freud, senão inscrições, marcas ou traços deixados pelas vivências, experiências e, por que não, pelas maneiras de ser? Ora, se voltamos ao início do percurso aqui traçado, nos deparamos com aquele texto freudiano de 1894, no qual o autor descrevia algo não muito distante da noção politzeriana de um “conflito entre maneiras de ser”: o incômodo que os neuróticos traziam diante de uma “vivência”, de uma “sensação” ou de uma “representação” por conta de sua natureza sexual, que era penosa para o indivíduo porque entrava em contradição com outras tendências suas²³.

A segunda observação diz respeito ao fato de que Politzer não retorna à tese da exclusividade da consciência, mesmo considerando que a psicologia concreta deva prescindir da hipótese do inconsciente. Ele endossa “a negação da onisciência do sujeito diante de si mesmo” (POLITZER, 2004, p. 111). “Não nos parece legítimo exigir do sujeito outra coisa senão o cumprimento do ato. A significação do ato pode ser do conhecimento dele, mas o sonho

²³ Questão espinhosa na qual não me aprofundarei, já que não pretendo entrar aqui nos meandros da teoria freudiana das representações, mas que vale a pena ser mencionada: talvez Simanke (2002, p. 184) esteja falando justamente disso quando diz que as representações, para Freud, estão longe de serem concebidas como “fantasmas vagando pelos abismos obscuros da mente”.



e os fatos da patologia mental mostram-nos bem que ele pode também ignorá-la”, afirma o autor (POLITZER, 2004, p. 159). Ou seja, o sujeito pode ignorar a significação de seu ato, o que não quer dizer que tal significação remeta a um conteúdo inconsciente. Conforme a análise de Silveira (2015, p. 388): “Politzer pretende, então, a um só tempo, preservar a ideia de que o sujeito emite comportamentos que desconhece e sustentar que essa dimensão de opacidade não exige a hipótese do inconsciente.” Como toma a direção das significações dramáticas e não a do realismo, a psicologia concreta ultrapassaria a antítese entre consciente e inconsciente:

O sujeito sonhou: é só isso que lhe cabia fazer. Ele não conhece o sentido do sonho; ele não precisa conhecê-lo enquanto sujeito puro e simples, pois esse conhecimento cabe ao psicólogo; enfim, o conteúdo latente, isto é, o conhecimento do sentido do sonho, não pode ser, *antes da análise*, nem consciente e nem inconsciente: ele não existe, porque a ciência não resulta da obra do cientista (POLITZER, 2004, p. 160, grifos do autor).

Cabe ao psicólogo conhecer o sentido do sonho (ou de qualquer outro ato em primeira pessoa) na atualidade da análise, por meio do método da interpretação. Recordemos, psicólogo este que se assemelha ao crítico do teatro, que interpreta o ato do sujeito como segmento do drama individual (POLITZER, 2004, p. 92). Está certo que o filósofo não se propõe a responder pelas consequências do abandono da hipótese do inconsciente pela psicanálise – isso seria “tarefa para os técnicos” (POLITZER, 2004, p. 132). No entanto, não é possível deixar de notar as perguntas que despontam dessa tentativa de preservar a opacidade do drama, sem recorrer ao inconsciente. Mais uma vez, o diagnóstico de Silveira se mostra bastante preciso:

O enigma que Politzer entrega ao leitor é, então, algo como: de que maneira certas dimensões da experiência podem ser *simultaneamente* concretas e opacas? Ao se insistir na necessidade da interpretação, na existência de significações íntimas e de experiências secretas e, *simultaneamente*, na eliminação da distância entre real e aparência, *pari passu*, tornar-se-ia preciso dizer *por que* o fato psicológico se afastou da vida concreta – *por que*, afinal, o fato psicológico precisa ser interpretado e ainda *como* seria possível uma interpretação que mantivesse seu resultado no mesmo nível e no mesmo território daquilo que se oferece à interpretação (já que o fato psicológico deve ser homogêneo ao “eu”). Politzer, nesse sentido, diz somente que “*interpretar significa apenas ligar o fato psicológico à vida concreta do indivíduo*”, quando tal alegação não parece poder passar sem que se diga, previamente, *que* o fato psicológico se desligou da vida concreta e *por que* o fez. (SILVEIRA, 2015, p. 389)

Tais reflexões da autora interessam na medida em que levantam questões que Politzer deixa em aberto para não se comprometer com a metafísica da psicologia clássica,



mas que Freud tenta responder por meio de noções fundamentais como a de conflito psíquico: os fatos psicológicos com os quais a psicanálise trabalha são, em maior ou menor grau, desconhecidos pelo sujeito ao qual se ligam e, por conta disso, precisam ser interpretados; esse desconhecimento se justifica, por sua vez, pela atuação de um conflito psíquico entre exigências que se opõem entre si, aquelas que podem ser assumidas pelo indivíduo e aquelas que ele quer sufocar; o resultado são produtos híbridos, por assim dizer - as formações de compromisso, como os sintomas e sonhos, que satisfazem parcialmente cada um dos lados da disputa. Se o psicólogo interpreta, o faz na direção de rastrear o conflito psíquico que move os atos do indivíduo e os influencia diretamente, fazendo com que sejam, muitas vezes, opacos para o próprio indivíduo, por dizerem respeito a uma “maneira de ser” que ele não pode assumir sem que haja uma contradição. Mais uma vez, nos deparamos com a centralidade desta noção e com o fato de que Politzer parece não levar em consideração a dimensão que ela ocupa no pensamento de Freud.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos retalhos que foram sendo alinhavados neste ensaio, é chegado o momento de colocar um ponto final. Como era previsto, uma das razões pelas quais a fecundidade da leitura de Politzer permanece viva é sua capacidade de iluminar pontos da psicanálise de Freud. Analisar a explicação concreta do sonho, como criação da dialética individual, e os desdobramentos disso, permitiu que o conflito psíquico ganhasse ainda mais nitidez na explicação freudiana, como um dos alicerces sobre o qual se ergue o edifício todo. Pelo menos é esse o jogo de luzes que espero ter exposto, com a apreciação do conflito nos primórdios da psicanálise, a subsequente apresentação dos pontos-chave da *Crítica...* e a incidência da objeção de Laplanche. Se a relevância e a qualidade dos argumentos de Politzer são indubitáveis, a pertinência e o valor da réplica de Laplanche também não devem ser subestimados, justamente porque apontam para o conflito como a espinha dorsal que faz com que a psicanálise se mantenha em pé – ou ainda, como a assinatura que faz com que seja possível reconhecê-la como método de tratamento e de investigação.

Talvez não seja, na verdade, um ponto final, mas reticências, já que uma multiplicidade de fios poderia ser puxada a partir do percurso aqui traçado. Um deles poderia ser a discussão sobre a via escolhida por Laplanche para sustentar o conflito psíquico na psicanálise – a da afirmação do realismo do inconsciente. Ele defende a “materialidade” do inconsciente, sua



“existência concreta, tangível”, não apenas enquanto lei ou processo, na medida em que a “a noção de conflito obriga a conceber instâncias que já estão ambas situadas, num mesmo terreno; ela pressupõe que sejam concretizadas, materializadas, as forças que vão se combinar” (LAPLANCHE, 1992, p. 38). Ponto de vista totalmente contrário ao de Politzer, certamente, que levaria às tantas questões envolvidas na discussão sobre as leituras realistas e antirrealistas da metapsicologia freudiana, conforme mostra Simanke (2009).

Ou ainda seria possível questionar as condições de possibilidade da interpretação de Politzer. Talvez o fato de o filósofo ter deixado as neuroses em um plano bastante secundário e tomado o sonho como paradigma tenha sido a abertura para o enfraquecimento da noção de conflito psíquico, uma vez que situar este no modelo do sonho parece requerer que não se perca de vista sua analogia com os sintomas, ou pelo menos que a proximidade entre os dois seja visivelmente reconhecida, como o faz Freud em vários momentos da *Interpretação dos sonhos*.

Que perguntas como estas – e tantas outras que podem ter surgido no leitor -, possam continuar fazendo a investigação avançar, afinal é com cada uma delas que se compõe a história desse campo tão fecundo que se chama a filosofia da psicanálise.



REFERÊNCIAS

- BERTANHA, Valesca Bragotto. *O papel do eu no início da metapsicologia freudiana*. São Carlos. 96 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia. Universidade Federal de São Carlos. 2006.
- CAROPRESO, Fátima; SIMANKE, Richard Theisen. *Entre o corpo e a consciência*. Ensaios de interpretação da metapsicologia freudiana. São Carlos: EDUFSCar, 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. In: FERNANDES, Heloísa Rodrigues (org.). *Tempo do desejo: sociologia e psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 109-136.
- FILLA, M. G. Investigações sobre o Eu e a sexualidade no aparelho do sonho freudiano. In: SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, XV, 2019, São Carlos. *Anais* [...]. São Carlos: UFSCar, 2019. p. 124-134.
- FREITAS PINTO, Weiny César. *Do círculo à espiral*: por uma história e método da recepção filosófica da psicanálise segundo o freudismo filosófico francês (Ricœur) e a filosofia brasileira da psicanálise (Monzani). Campinas. 261 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2016.
- FREUD, Sigmund. *Gesammelte Werke*. 17 Bänden. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- FREUD, Sigmund. Tres ensayos de teoría sexual. In: FREUD, Sigmund. *Fragmento de análisis de un caso de histeria (Dora), Tres ensayos de teoría sexual y otras obras*. Buenos Aires: Amorrortu Editores: 1978a.
- FREUD, Sigmund. *Conferencias de introducción al psicoanálisis (Partes I e II)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1978b.
- FREUD, Sigmund. Sobre el sueño. In: FREUD, Sigmund. *La interpretación de los sueños (segunda parte) y Sobre el sueño*. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Primeras publicaciones psicoanalíticas (1893-1899)*. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986a.
- FREUD, Sigmund. La perturbación psicógena de la visión según el psicoanálisis. In: FREUD, Sigmund. *Cinco conferencias sobre psicoanálisis, Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci y otras obras*. 2ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986b.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos: volume 2*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos: volume 1*. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- FURLAN, Reinaldo. Freud, Politzer, Merleau-Ponty. *Psicologia USP*. Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, 1999, p. 117-138.
- GABBI JR., Osmyr Faria. Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise. In: POLITZER, Georges. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. 2ª ed. Piracicaba: UNIMEP, 2004, p. V-XXVIII.
- HANNS, Luiz Alberto. *A teoria pulsional na clínica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- LAPLANCHE, Jean. *Problemáticas IV: O Inconsciente e o Id: seguido de: O inconsciente: um estudo psicanalítico*, por Jean Laplanche e Serge Leclaire. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GUEU, Claude. Fonctions du conflit freudien. In: CHERVET, Bernard; DANON-BOILEAU, Laurent; DURIEUX, Marie-Claire (eds.). *Le conflit psychique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005. Ebook.
- MONZANI, Luiz Roberto. *Freud: o movimento de um pensamento*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.



- PERRON-BORELLI, Michèle. Conflit psychique et dynamique de la cure. In: CHERVET, Bernard; DANON-BOILEAU, Laurent; DURIEUX, Marie-Claire (eds.). *Le conflit psychique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005. Ebook.
- POLITZER, Georges. *Critique des fondements de la psychologie: la psychologie et la psychanalyse*. Édition numérique hors-commerce, 1928.
- POLITZER, Georges. O fim da psicanálise. *Lacuna: uma revista de psicanálise*. São Paulo, n. 3, 2017, p. 14.
- POLITZER, Georges. *Crítica dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. 2^a ed. Piracicaba: UNIMEP, 2004.
- PONTES, Suely Aires. *De Sistema Psíquico a Tropeço da Fala: variações do conceito de inconsciente na psicanálise*. Campinas. 135 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2003.
- PRADO JR., Bento. Georges Politzer: sessenta anos da Crítica dos fundamentos da psicologia. In: FULGENCIO, Leopoldo; SIMANKE, Richard Theisen. *Freud na filosofia brasileira*. São Paulo: Escuta, 2005, p. 33-49.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *História da psicanálise na França. 2 (1925-1985) – A batalha dos cem anos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SILVEIRA, Léa. Lacan entre Politzer e Lévi-Strauss: Estratégias para pensar inconsciente e desejo sem psicologismo. In: CARVALHO, Marcelo; SAVIAN FILHO, Juvenal; MACEDO, Cecília Cintra Cavaleiro de; CARONE, André Medina. *Fenomenologia, religião e psicanálise*. São Paulo: ANPOF, 2015, p. 380-400.
- SILVEIRA, Léa. Má-fé e inconsciente: sobre a crítica de Sartre a Freud em O ser e o nada. *Dois pontos*. Curitiba, São Carlos, v. 13, n. 3, 2016, p. 39-55.
- SIMANKE, Richard Theisen. *Metapsicología lacaniana: os anos de formação*. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: Editora UFPR, 2002.
- SIMANKE, Richard Theisen. Realismo e antirrealismo na interpretação da metapsicologia freudiana. *Natureza humana*. São Paulo, v. 11, n. 2, 2009. p. 97-152.
- VIGUERA, Ariel. Tres tesis acerca del inconciente en el Coloquio de Bonneval de 1960: Lacan, Laplanche, Politzer. *Revista de Psicología*. La Plata, v. 12, 2012, p. 41-53.

